



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM
DESENVOLVIMENTO, ETNICIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA
AMAZÔNIA
IFAM – CAMPUS MANAUS ZONA LESTE**

**O EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASILEIRA: As perspectivas do
Indígena Soldado no Alto Rio Negro-AM**

ROBSON TAITA

**MANAUS-AM
2018**

ROBSON TAITA

**O EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASILEIRA: As perspectivas do
Indígena Soldado no Alto Rio Negro-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Especialista em Lato Sensu em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia, sob a orientação da Profa. MSc. Thelma Lima da Cunha Ramos.

**MANAUS-AM
2018**

ROBSON TAITA

**O EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASILEIRA: As perspectivas do
Indígena Soldado no Alto Rio Negro-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Msc. Thelma Lima da Cunha Ramos -Presidente
Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Msc. Alvatir Carolino da Silva - Membro
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dra. Maria Francisca - Membro
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos em primeiro lugar é para Deus que na sua infinita bondade, justiça, verdade, misericórdia e amor, vêm me proporcionando vigor e saúde para está presente nas aulas, nos debates, nas palestras e discussões em sala de aula com meus amigos (as) da DEPPA, que conviveram comigo no ano de 2017, com muita luta e esforço diário, tanto dos acadêmicos, quanto dos Professores(as) Mestres (as) e Doutores(as), e com carinho e respeito meu muito obrigado, que mesmo tendo que enfrentar os obstáculos do dia a dia e das ações burocráticas das instituições, estavam lá, para compartilhar seus conhecimentos teóricos e até mesmo de vida conosco. Meus agradecimentos a todos (as).

Agradeço a minha família, meus amigos (as), que sempre estimulam com força e coragem, o desenvolvimento intelectual das pessoas, e no meu caso não seria diferente. Em particular agradeço a minha irmã Sulamita Taita, que sempre me ajudou desde a juventude, a minha mãe pelo carinho e força, aos meus filhos Raissa e Thomas, por compreenderem minha falta nesse período, a minha namorada Eunice Nunes por ouvir em alguns momentos, minhas inquietações sobre a temática envolvida do trabalho, bem como as palavras de bom ânimo e força para continuar meus estudos acadêmicos.

Agradeço a minha orientadora Thelma Ramos, que mesmo em momentos de muito trabalho e questões pessoais, sempre estava lá, disposta a orientar e discutir a temática do trabalho nos dias de orientação na sala dos professores (as) do IFAM da Zona Leste de Manaus. Agradeço aos Diretores (as) e Coordenadores (as) do IFAM Zona Leste, pela oportunidade de participar deste Curso de Pós Graduação da DEPPA no ano de 2017. Ao nosso Coordenador Denis Pereira, vai meu muito obrigado pelos debates e pela luta, em nos ajudar a entender melhor, a dinâmica da sociedade brasileira e Amazônica, e por está na frente deste trabalho importantíssimo para o desenvolvimento intelectual, daqueles que visam aprender e compreender a lutar por dias melhores, contra as injustiças sociais do mundo, do Brasil, do Amazonas, das Comunidades Tradicionais, dos LGBT. Bem como contra toda forma de opressão, que ora o estado através de seus operadores realizam, contra as classes minoritárias e pobres da Amazônia e do Brasil.

O temor do Senhor é o principio da ciência; os loucos desprezam a sabedoria e a instrução (Pv. 1;7) Bíblia online

RESUMO

O artigo visa analisar as ações do Exército brasileiro nas Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro na Amazônia brasileira. Pontuando as ações do cotidiano entre os indígenas e os militares na região. Usamos para analisar as ações desses agentes sociais, Weber (1946) com sua ação de valor de honra e a tradicional, e Faria (2003) sobre o território e territorialidades indígenas do Alto Rio Negro, e Silva (2016) com sua análise sobre a família de militares em um pelotão de fronteira, pontuando em vários momentos os conflitos e acordos entre militares e indígenas. Visamos assim buscar entender as ações tanto dos militares, quanto dos indígenas nas Organizações Militares e em volta delas. Os militares obedecendo à doutrina militar, e as comunidades indígenas com suas ações intrínsecas, de pertencimento os povos indígenas da região. A metodologia é realizada através da pesquisa bibliográfica, a partir de material já publicado. Dando ênfase ao Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira-Am. Buscamos analisar as justificativas tanto do Estado brasileiro, quanto das lideranças indígenas, com relação à demarcação de terras, o cotidiano nas comunidades e volta delas, e inserção do indígena soldado de fronteira e suas dificuldades. A justificativa do Estado brasileiro é tratar as questões indígenas em solo brasileiro como questão de segurança nacional, com relação às demarcações de terras indígenas do Alto Rio Negro, buscando assim normatizar o cotidiano dos militares e indígenas através de portaria com normas de conduta e respeito as adversidades dos povos indígenas. As lideranças indígenas do Alto Rio Negro justificam que as demarcações das terras indígenas, deveriam ser de forma contínua, visando à proteção de seus bens material e imaterial, contrapondo-se ao Estado brasileiro, que visa levar a cidadania para esses povos indígenas, com saúde, educação, lazer, que segundo Faria (2003) este ato vem descaracterizando muitas vezes, as tradições das comunidades indígenas do Alto Rio Negro.

Palavras Chave:Indígena, Exército, Fronteira.

ABSTRACT

The article aims to analyze the actions of the Brazilian Army in the Indigenous Communities of the Upper Rio Negro in the Brazilian Amazon. Punctuating the actions of the daily between the natives and the military in the region. Weber (1946) with his honor-value action and the traditional one, and Faria (2003) on the territory and indigenous territories of the Upper Rio Negro, and Silva (2016) with his analysis on the military family in a frontier platoon, punctuating at various moments the conflicts and agreements between military and indigenous people. We thus aim to understand the actions of both the military and the indigenous in and around the Military Organizations. The military obeying the military doctrine, and the indigenous communities with their intrinsic actions, belonging to the indigenous peoples of the region. The methodology is carried out through the bibliographical research, from material already published. Emphasizing the Upper Rio Negro in São Gabriel da Cachoeira-Am. We sought to analyze the justifications of both the Brazilian State and indigenous leaders in relation to the demarcation of lands, daily life in and around communities, and the insertion of indigenous frontier soldiers and their difficulties. The justification of the Brazilian State is to treat indigenous issues on Brazilian soil as a matter of national security, regarding the demarcation of indigenous lands of the Upper Rio Negro, thus seeking to regulate the daily life of the military and indigenous people through an ordinance with rules of conduct and respect adversities of indigenous peoples. The indigenous leaders of the Alto Rio Negro justify that the demarcation of indigenous lands should be continuous, aiming at the protection of their material and immaterial goods, as opposed to the Brazilian State, which aims to bring citizenship to these indigenous peoples, with health , education, leisure, which according to Faria (2003) this act has often characterized the traditions of the indigenous communities of the Upper Rio Negro.

Keywords: Indigenous, Army, Border.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
3. DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5. REFERÊNCIAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

O trabalho sobre o indígena soldado brasileiro, no Alto Rio Negro na fronteira do Brasil da Amazônia brasileira, visa refletir sobre a presença do exército na fronteira, com objetivo de analisar ações nas comunidades indígenas e as perspectivas do indígena soldado no Alto Rio Negro, pontuando a ação militar com suas companhias, destacamentos e pelotões de fronteiras. Busca relatar as ações dos militares no cotidiano das comunidades indígenas na Amazônia brasileira onde, estão localizadas as Organizações Militares de Fronteira.

Como Videira e Silva (2007) descrevem que o Programa Calha Norte criado, em 1985, pelo Governo Federal que criou outros Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), nas calhas dos rios Solimões e Amazonas, formando núcleos vivificados. Com o objetivo de vigiar, e combater invasões estrangeiras em território brasileiro. No entanto Faria (2003), pontua o olhar das nações indígenas do Alto Rio com suas lideranças, para essas lideranças o medo das Forças Armadas não existe e explica que não faz parte da cultura e nem da reivindicação indígena, criar um território independente, ou tornarem-se protetorado de outros países. Faria (2003) destaca que mesmo que as nações indígenas quisessem, não poderiam tornar-se independentes em forma de Estado, pois não teriam condições, infra-estrutura e conhecimento para manter uma política de Estado.

Esta reflexão tem como problemática a seguinte questão norteadora: Quais as diversas formas de ações do Exército na Fronteira da Amazônia Brasileira, pontuando as Organizações Militares, a questão da segurança nacional, a inserção do indígena como soldado, e as perspectivas das comunidades indígenas do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira.

O trabalho tem o objetivo de analisar as ações do exército na fronteira do Alto Rio Negro na Amazônia Brasileira, descrevendo as ações militares, e as perspectivas do indígena soldado em São Gabriel da Cachoeira.

Para compreender as ações do exército na área de fronteira da Amazônia Brasileira a proposta metodológica fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, a partir de material já publicado, em livros, artigos de periódicos e com obras disponibilizadas na internet. A pesquisa foi realizada numa abordagem da pesquisa qualitativa, a fim de investigar os fenômenos sociais das ações dos agentes sociais

militares e sua relação com os povos indígenas do Alto Rio Negro, em especial no Município de São Gabriel da Cachoeira-Am. A pesquisa qualitativa busca a relação do mundo real e o sujeito, que não pode ser traduzido por números e os fenômenos e os significados são fundamentais na pesquisa qualitativa.

A categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva. E a lei fundamental também é a “Unidade e luta dos contrários”, assim como a Lei da Contradição. (TRIVIÑOS, 1987, p.54). A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte da descrição que consiste em captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. (TRIVIÑOS, 1987, p,129). Buscando as causas, a origem, relações, mudanças e consequências na vida humana.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Weber (1946) afirma que para buscarmos entender as ações sejam elas: sociais, políticas, econômicas e culturais, entre esses dois agentes sociais os militares e os indígenas, no Alto Rio Negro de São Gabriel da Cachoeira. Os militares obedientes a uma Doutrina Militar e os indígenas as suas tradições intrínsecas respaldadas por um olhar de pertencimento a sua cultura. O homem pode “compreender” ou procurar “compreender” suas próprias intenções pela introspecção, ou pode interpretar os motivos da conduta de outros homens em termos de suas intenções professadas ou atribuídas. (WEBER,1946, p,74). Segundo Weber (1946) os tipos de estrutura social básica são: a sociedade, a associação e a comunidade, ligadas intimamente com os tipos de ação o racionalmente adequado, o afetivo e o tradicionalista. Para a nossa reflexão utilizaremos a ação racionalmente adequada e a tradicionalista.

Faria (2003) discute a questão do território e territorialidades, na visão do Indígena e do Estado Brasileiro. As relações do índio do rio e da floresta. A distorção dos conceitos colocados para os indígenas, sobre: território, territorialidade, nações e cidadania. Para os indígenas o território e territorialidade esta relacionado às suas tradições indígenas, a terra é sagrada e deve ser sem limites de demarcação, são nações indígenas que não possuem visão ou estrutura para construir ou manter um estado na visão do homem branco, quanto à cidadania ser cidadão para o indígena significa abandonar sua identidade indígena e suas origens.

Silva (2016) analisa a vida da família dos militares do Exército, em uma das Organizações Militares de Fronteira da Amazônia Brasileira, pontuando as dificuldades de relacionamento entre os militares e os indígenas, as dificuldades básicas de logística dos militares na região. Pontua as dificuldades das comunidades indígenas que vivem ao redor das Organizações Militares de Fronteira.

As portarias nº020 do EME (02/04/03) e nº983 DPE/SPEAI/MD (19/10/03), a primeira do Chefe do Estado Maior do Exército e segunda do Ministro de Estado da Defesa. São documentos que irão normatizar a forma como os militares devem proceder nas Comunidades Indígenas, e a forma como esses indígenas irão ser inseridos nas forças armadas, como indígenas soldados.

3. DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O olhar do Estado brasileiro e do indígena é marcado por uma luta secular entre o colonizador e o colonizado, carregado de sangue e injustiça, e exploração das riquezas do Alto Rio Negro. O município de São Gabriel da Cachoeira é um local estratégico de defesa nacional e de grandes riquezas minerais em terras indígenas. É o município com maior diversidade de povos indígenas do Brasil. De acordo com Videira e Silva (2007), os objetivos do Programa Calha Norte criado em 1985, pelo Governo Federal, foi criar os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), nas calhas dos rios Solimões e Amazonas, formando núcleos vivificados. Segundo Abreu e Soihet com relação às identidades, podemos perceber que o Projeto Calha Norte, irá promover a construção e reconstrução desses agentes sociais militares e indígenas no Alto Rio Negro, através dos núcleos vivificados:

A investigação sobre construção e reconstrução identitárias tem revelado uma gama de possibilidades quanto à composições e acomodações dos diferentes elementos internos a um grupo ou mesmo a um indivíduo. Identidades regionais, étnicas, profissionais ou, num nível macro, nacionais surgem como construções fluidas, dinâmicas e flexíveis, que se constroem através de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem, daí se falar em identidades inter e intracontrastivas. (ABREU; SOIHET, 2009, p.26)

Como Soihet (2009), pontua a identidade, não é inerte, está sempre em pleno movimento de construção e reconstrução de identidades, fato este que ocorre com os nossos agentes sociais, militares e indígenas nas comunidades indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira-Am. Com seus conflitos, acertos e erros no

universo desta construção social, política, econômica e cultural no Alto Rio Negro da Amazônia Brasileira.

Alves (2015), capitão da 2ª Brigada de Infantaria do Exército brasileiro, em São Gabriel da Cachoeira descreve como se processou a origem, e as mudanças das Forças Armadas nesta área de fronteira. A 2ª Brigada Infantaria recebeu diversos nomes ao longo de sua história. Mas foi em 17 de junho de 1998 que passa a ser conhecida pelo seu marco histórico, “Brigada Ararigbóia”, através da Portaria Ministerial nº337. Alves (2015) descreve que o nome Ararigbóia foi dado em alusão a um guerreiro da tribo de Termiminós de nome cristão denominado de Martin Afonso de Sousa, cacique respeitado e guerreiro, com lealdade reconhecida pelo Rei de Portugal Dom Sebastião, com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Ele esteve envolvido com expulsão dos franceses e o povoamento da cidade do Rio de Janeiro em 1573. Em Niterói foi edificada uma grande estátua do cacique e guerreiro Ararigbóia na Praça das Barcas, constituindo-se num dos maiores monumentos do Município.



Figura 01 -ESTÁTUA DE ARARIBÓIA – INSTALADA NA PRAÇA - Niterói/RJ.

Fonte: O Guia Legal OnLine – Figura do Arariboia.

O Exército Brasileiro nestas áreas de fronteira da Amazônia Brasileira proporcionam o acesso e participação dos indígenas como soldados brasileiros, os quais têm um número expressivo de soldados nessa região do Alto Rio Negro, em particular, no 3º. Pelotão de São Joaquim. As atribuições desses indígenas soldados abrangem as ações de monitoramento, patrulhamento, e a vivificação do local que possuem os seguintes dados e características:

Situado na área indígena do Alto Rio Negro, o 3º Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF) faz fronteira com a Colômbia pelo Rio Içana e por marcos terrestres. A vegetação predominante é a selva primária com árvores de grande porte (15 a 20m). Praticam-se a agricultura de subsistência, sendo a pesca a principal fonte de alimento de origem animal. O relevo predominante é a planície, porém, aparecem na região serras isoladas. Energia: fornecida pelo PEF. Comunicações: não existem telefones. Distância: São Joaquim/São Gabriel da Cachoeira Aérea: 320 km (trezentos e vinte quilômetros), Fluvial: 4 dias (CMDO FRON RN/5º BIS, 2013).

Pedrosa, Penna e Barros (2006) descrevem a missão e os desafios dos PEFs na Amazônia Brasileira. Destacando a importância dos PEFs para a manutenção da soberania brasileira, nestas áreas remotas de difícil acesso, que são nossas fronteiras do território brasileiro. O (CMA) Comando Militar da Amazônia é responsável pela coordenação de ações operacionais e de logística, numa área de extensão até 60% do território nacional. O militar desses Pelotões era recrutado de forma direta e hierárquica, hoje o Exército conta com o voluntariado dos militares, para servirem nestes locais longínquos das fronteiras da Amazônia Brasileira. Hoje a realidade dos PEFs é outra, os militares são voluntários e contam com o apoio da Força Aérea Brasileira e da Aviação do Exército, principalmente com apoio logístico.

Os tipos de PEFs, segundo o Comando Militar da Amazônia são três: O Destacamento, o Pelotão e a Companhia. O Destacamento na prática é o núcleo de uma futura Companhia ou Pelotão, as instalações são provisórias e sem familiares, com efetivo entre 10 e 20 homens. Na Amazônia segundo Pedrosa, Penna e Barros (2006), existem seis Destacamentos, e 28 PEF, 66 homens comandados por um Tenente, com estrutura para uma pequena comunidade, com 15 dependentes dos militares voluntários. O CMA possui duas (CEF) Companhias Especiais de Fronteira, comandadas por capitães, com um efetivo de aproximadamente 250 homens, com uma estrutura maior do que a dos Pelotões. Através do mapa abaixo podemos visualizar estas estruturas militares e seus limites de fronteiras.

a primeira do Chefe do Estado-Maior do Exército e a segunda do Ministro de Estado da Defesa. As duas portarias visam legitimar as diretrizes do relacionamento do Exército Brasileiro com as Comunidades Indígenas do Brasil. Pontuando que os militares das Forças Armadas brasileira, de todos os escalões compreendam que os índios são nativos da terra, com isso são reconhecidos os costumes, organização social, língua, crenças, tradições além dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Dentre várias normas classificadas nas portarias, destacamos a relacionada à seleção para o serviço militar dos jovens indígenas que é livre e facultativa, desde que expressamente de forma voluntária e aprovado no processo de seleção. Sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabe à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens, podendo o Exército Brasileiro sempre que possível, cooperar com a demarcação e estudar formas de participação e apoio destinadas a melhorar a sobrevivência e as condições de vida das comunidades indígenas, descrito na orientação geral da portaria - (a) da portaria 020 de 02.04.03. Legitimada pela portaria nº 983 da DPE/SPE/MD de 19/10/03, pelo Ministro de Estado e Defesa José Viegas Filho, que aprova as diretrizes de relacionamento das Forças Armadas Brasileiras com as Comunidades Indígenas, e estabelece que a portaria entre em vigor na data de sua publicação.

O mapa abaixo mostra as terras indígenas de fronteiras, demarcadas e em demarcação. A maior parte dos PEFs está em terras indígenas, sejam elas demarcadas ou em demarcação. Por uma questão, segundo os militares, de segurança nacional, e não de posse das terras indígenas, que são de usufruto de suas comunidades indígenas seja ou não de fronteira.

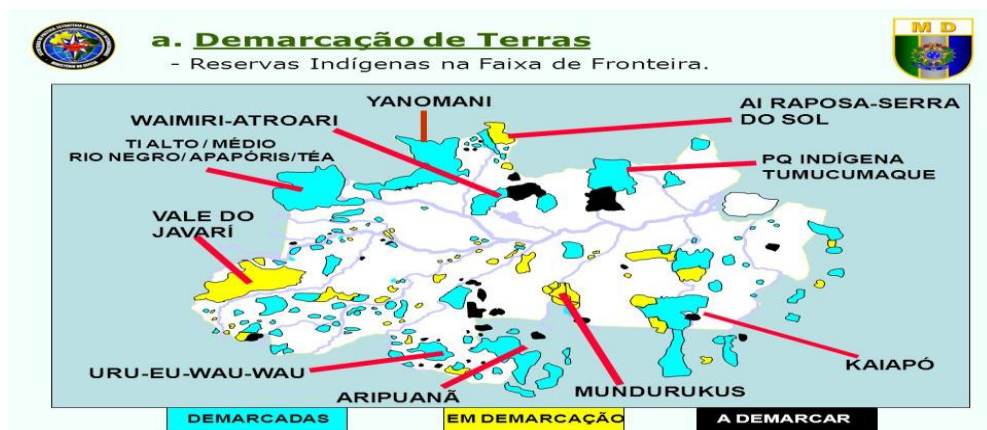


Figura 03. Reservas Indígenas na Faixa de Fronteira.

Fonte:slideplayer.com.br/slide/52517, 2018.

Ricardo (2008) faz um balanço crítico desta relação dos militares com as comunidades indígenas. Discute o avanço do Exército em algumas regiões, destacando que 70% da tropa são de indígenas locais, principalmente nos PEFs de difícil adaptação, locomoção e logística. Mas ressalta a falta de mecanismos que levem esses indígenas a participarem da carreira militar, como sargentos e oficiais de carreira, raras exceções, desta forma demonstra a falta de um planejamento que levem esses jovens indígenas a seguirem uma carreira sólida nas Forças Armadas.

Penalizados pela sua condição social e educacional que não está moldada, com os currículos nacionais das provas para se adentrar a esse círculo militar de carreira. Destaca também a falta de militares que tenham habilidades especiais para atuarem nas Comunidades Indígenas Tradicionais. Compreende que os índios devem ser considerados como cidadãos, aliados para a defesa da pátria, e não óbices inimigos ou inconfiáveis. (RICARDO, 2008)

Nascimento (2006) analisando um Pelotão da região, descreve que os cabos e soldados são em sua maioria oriundos da própria região. Com isso, as forças armadas acabam por integrar um contingente considerado de caboclos, facilitando a interação social. Os oficiais e sargentos de carreira, em sua maioria são oriundos de outras regiões do país, com a prioridade de serem casados.

Oliveira (2017) nos mostra alguns pontos interessantes com relação à inserção dos indígenas nas Forças Armadas, demonstrando a questão da “etnia autodeclarada”, expressa que na Força Aérea apenas 165 dos 65.500 militares se autodeclararam indígenas, já no Exército Brasileiro (EB) o número é de 369 para um contingente de 220.000. Com esses dados podemos perceber como o indígena, por uma questão de sobrevivência ou escolha, decide negar sua identidade étnica. Isso também demonstra uma estratégia de sobrevivência ou uma defesa para não sofrer preconceitos relacionados à sua origem.

Oliveira (2017) descreve a história de alguns indígenas que conseguiram realizar seus sonhos, de adentrar na carreira das Forças Armadas do Brasil, no entanto podemos pontuar que tal feito não condiz com a realidade da maioria dos indígenas soldados de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, e nem tão pouco com a realidade dos indígenas que vivem servindo nos PEF de fronteira da Amazônia. Com exceção as histórias do Primeiro-Sargento do EB José Maria

Nascimento de etnia Baré, nascido no Alto Rio Negro, assim como existe um General-de-Brigada do EB Franklimberg Ribeiro de Freitas, de etnia Maués, considerado o primeiro militar indígena a alcançar essa patente. A 1^o. Tenente do EB Silvia Nobre, da etnia Waiãpi, no Estado do Amapá, que é a primeira mulher indígena a alcançar o oficialato.

Esses exemplos podem de uma forma ou de outra demonstrar a mobilidade social dos indígenas, que conseguiram sair de suas Comunidades Tradicionais, para se moldarem aos currículos nacionais e internacionais cobrados nas provas de acesso a carreira de sargentos ou oficial militar do Brasil. O fato é que esses eventos ocorrem raramente, e nem todo indígena tem a possibilidade de galgar uma disputa e ter a perspectiva de uma carreira militar promissora. Na fala do Sgt Nascimento da etnia baré, a carreira é aberta a qualquer etnia, afirma que existem muitos militares indígenas com patente alta como: médicos, psicólogos, tenentes, capitães e major.

Essas exceções de mobilidade social de índios de etnias diferenciadas que conseguiram conquistar a carreira de militares em varias patentes. Leva-nos a refletir sobre as dificuldades educacionais, econômicas e sociais, que o indígena soldado encontra no Alto Rio Negro, devido às peculiaridades de localização e subsistência para adentrar na carreira militar, através de concurso público.

Como podemos observar na ilustração abaixo, que existe uma troca de conhecimentos ao redor dos Destacamentos, Companhias e PEFs da Amazônia Brasileira, seja ela em pequena ou grande escala, seja ela tecnológica ou rudimentar, visando o bem maior que é o desenvolvimento nessas áreas de difícil acesso com a troca dos saberes nas áreas de educação, saúde e tecnologia.



Figura 04: 1^o PEF PALMEIRA DO JAVARI – AMFonte: Revista Verde Oliva, 2006.

Nos Pelotões de Fronteira do Brasil segundo Stochero (2013), ele descreve que são 24 PEFs, com um efetivo de aproximadamente entre 20 e 80 soldados. Mas não descreve o número de indígenas soldados, como vimos à questão da etnia autodeclarada do indígena é muito presente nas Organizações Militares, mas isso não tira o direito de pertencimento a uma etnia, fato que é exposto quando lhe convém. Stochero (2013) pontua que os PEFs têm a sua criação nos anos de 1921, nas divisas do Brasil com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana para combater o narcotráfico, contrabando de armas, biopirataria, exploração ilegal de madeira e minérios, como também impedir que haja invasão estrangeira, em solo brasileiro. Como descreve Alves (2015) sobre os PEFs:

Os Pelotões Especiais de Fronteira têm um papel importante para o desenvolvimento sócio-econômico da região além do inquestionável apoio às comunidades ribeirinhas, posicionadas em suas áreas de atuação. Possuem o lema expresso pela tríade: "Vida, Combate e Trabalho" pois sua missão não se limita apenas ao campo militar mas também, inclui atividades ligadas à sobrevivência, a execução de serviços diários em favor da Unidade militar. (ALVES 2015, p.223).

Nesse universo das ações militares em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro com as Organizações Militares sejam elas, Destacamentos, PEFs e Companhias, os militares visam introduzir ações de apoio a saúde, educação, transporte e preservação ambiental das terras indígenas na Amazônia Brasileira. No entanto a visão dessas ações dos militares, nem sempre é bem vista pelas comunidades indígenas, que defendem a sua autonomia e gestão das suas terras tradicionais, promovendo assim disputas e reivindicações no Alto Rio Negro.

Como descreve Faria (2003), destacando a criação da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) com sede em São Gabriel da Cachoeira, com os objetivos de defender, recuperar e valorizar a cultura indígena, apoiar a subsistência social e econômica, visando uma articulação interlocal e regional. Filiados a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), com sede em Manaus visam fortalecer a luta pela demarcação de terras, educação bilíngüe, fortalecerem as tradições culturais e conscientizar os povos indígenas politicamente.

Miyamoto apud Faria (2003) considera que a postura militar em relação ao uso do termo democracia não tem o mesmo significado adotado pela sociedade. Segundo ele, no vocabulário militar democracia diz respeito, fundamentalmente, aos interesses do Estado. O Estado brasileiro reconhece as terras indígenas, para seu

usufruto e como território brasileiro, atribuindo-lhes cidadania e nacionalidade, impedindo assim a autonomia dos territórios indígenas como nação. Como mostra Faria (2003) sobre o indígena cidadão:

Ser o índio um cidadão brasileiro, portanto, é uma ficção. Os índios não constituíram a Nação brasileira. Para adquirir essa cidadania são obrigados a perder a sua identidade, deixar de ser índios; visto por esse lado, o índio mantiver sua identidade, deixar de ser índios; visto por esse lado, o índio brasileiro por naturalização. Enquanto o índio mantiver sua identidade cultural, pertencerá a uma nação diferente da nação brasileira, será Guarani, Nambikuara, Yanomami, Pataxó etc., porque cada uma dessas nações tem normas fundamentais de funcionamento estabelecidas há mais tempo do que as regras adotadas pela Constituição Brasileira. E é o estabelecimento dessas regras e sua obediência que realmente definem o cidadão (FARIA 2003, p. 109).

Ramos apud Faria (2003) descreve como trabalha a territorialidade indígena, o relacionamento entre os índios do rio e do mato, deixando claro essa dicotomia rio/floresta, destacando assim uma territorialidade específica para cada grupo. Sendo assim a maneira como se relacionam depende da sua territorialidade, destacando a interação dialética homem-natureza = homem-território. Outro ponto importante são suas diferenças entre o índio do rio com o da floresta, os índios dos rios são mais numerosos, que os da floresta. O contato também do branco, e expressivo com os índios do rio, que em muitas das vezes possuem atitudes exploratórias como o homem branco. Os Maku são destacados como índios da floresta vivendo como nômades.

Faria (2003) descreve que para as nações do Alto Rio Negro, território significa terra contínua, sem limites aos povos indígenas, com: autonomia, soberania, costumes, histórias, filosofias, autogoverno nas mãos dos indígenas para poderem tomar decisões sobre o futuro de suas próprias nações indígenas. O termo nação está relacionado mais ao poder de tomar decisões do que constituir um Estado paralelo, dentro do Estado Brasileiro. Sua concepção de nação não tem haver com a de Anderson (1989) e Hobsbawn (1980), imaginada, a partir dos princípios liberais do Estado-Nação. Ao contrário são nações com históricos diferentes, mais reais, são nações sem Estado, por isso a defesa da demarcação de terras contínuas.

FARIA (2003), destaca que o temor da Forças Armadas, está relacionado ao “território livres”, que na visão dos militares, coloca em risco a soberania nacional do território brasileiro. Mas deixa claro que as concepções de nação, território e

autodeterminação não correspondem às concepções das Forças Armadas, e que a legislação brasileira, veda tal interpretação.

A reflexão sobre a presença e as ações do Exército na Fronteira Brasileira, junto às comunidades indígenas, é um tema complexo para todos os brasileiros, e para os povos indígenas do Brasil e do Alto Rio Negro. Discutimos os dois pontos de vista relacionados à temática. Faria (2003), analisa as ações entre o Estado brasileiro e as Comunidades Indígenas da Amazônia Brasileira, deixa claro que as nações indígenas, não pensam em criar um estado paralelo, ao estado brasileiro, e que já existe uma legislação brasileira de um estado constituído, e deve ser respeitada, no entanto o que se questiona são os direitos dos povos indígenas, e suas perspectivas de futuro nas suas comunidades, no uso e exploração de suas riquezas, imaterial e material e suas perspectivas de trabalho. Daí o olhar para a inserção do indígena soldado de fronteira na Amazônia, mas existem outras formas de trabalho e trabalhadores nas comunidades indígenas de fronteira.

Mesmo sabedores de que a legislação brasileira não permite a independência territorial das nações indígenas, de que as concepções de território, nação e autodeterminação indígenas são diferentes das suas, de que os índios não representam perigo à integridade e à soberania nacional. O governo e as Forças Armadas continuam utilizando o discurso da integridade territorial para impedir a demarcação do território indígena do Alto Rio Negro (FARIA 2003, p.115).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, a escassez de pesquisas como artigos, livros que busquem tratar esta temática, expondo os dois lados da discussão sobre as ações das Forças Armadas em São Gabriel da Cachoeira no Alto Rio Negro, e as perspectivas das Comunidades Indígenas com as Organizações Militares. Buscando um olhar o mais imparcial possível, ao acesso dos indígenas soldados e suas perspectivas de carreira militar, a questão de segurança nacional e os benefícios que o Estado brasileiro, vem promovendo nessas regiões de difícil acesso, com logísticas e atendimentos nas áreas de educação, saúde e transporte. É fato que os distúrbios das ações de alguns militares e indígenas, nestes locais nem sempre são adequadas, mas se generalizamos estas posturas negativas tanto de militares ou indígenas, com relação ao cotidiano nessas áreas de fronteira brasileira, estaremos contribuindo para uma análise parcial dos acontecimentos locais. E podemos ser parciais na contextualização desse universo das ações das Organizações Militares

de Fronteira e as perspectivas do indígena soldado no município de São Gabriel da Cachoeira.

Ao observar o objetivo do Estado brasileiro de tratar as demarcações das terras indígenas, como questão de segurança nacional, justificando que as terras indígenas pertencem à nação brasileira, e que é dever do Estado legislar sobre o tema, para evitar invasões e ações de países estrangeiros. Desta forma, impedir ações ilegais, com relação à proteção das riquezas naturais que estão presentes em terras indígenas, seja elas de fronteiras ou não. No entanto, as organizações de lideranças indígenas da Amazônia brasileira, defendem que isso é improvável, seja por falta de conhecimento, ou por entenderem que as nações indígenas não reconhecem a concepção de território, nação conforme a justificativa do Estado brasileiro. E por defenderem a demarcação de terras de forma contínuas, sem uma fronteira propriamente definida. Sendo assim para as lideranças indígenas, como pontua Faria (2003), a tese de segurança nacional tem por objetivo o desenvolvimento na região Amazônica, e impedir as demarcações das terras e territórios indígenas, deixando assim as terras livres para o desenvolvimento capitalista na região da Amazônia brasileira.

As Forças Armadas com suas OM (Organizações militares) na Amazônia brasileira têm participado ativamente e contribuído com as ações sociais, políticas e econômicas no cotidiano da vida dos indígenas do Alto Rio Negro, em especial nos PEFs, (Pelotões Especiais de Fronteira). Visto que segundo Faria (2003) e Silva (2016) os PEFs estão localizados em terras dos povos indígenas, proporcionando a interação com o trabalho, a venda de produtos artesanais e a inserção dos jovens indígenas que desejam ingressar no Exército. Para Faria (2003), o índio jamais vai ser um cidadão, visto que para isso ele precisa negar suas origens, que estão intrínsecas a sua vontade e ao poder de pertencimento a sua etnia ou povo indígena.

Assim as ações das Forças Armadas em São Gabriel da Cachoeira no Alto Rio Negro têm um papel importante para as comunidades indígenas, com ações nas áreas de saúde, educação, transporte e lazer. Em contrapartida as Comunidades Indígenas tem um papel fundamental, na ajuda de reconhecimento da área, de coleta de alimentos, técnicas de sobrevivência na selva, e o uso adequado da fauna e flora da região de São Gabriel da Cachoeira, auxiliando as Organizações Militares

instaladas nestas regiões de fronteira do Brasil. A atuação dos indígenas militares é de fundamental importância para desenvolver essa vigilância em locais tão distantes da realidade de outras regiões brasileiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ALVES, Edmar César. **São Gabriel da Cachoeira – Sua Saga, sua História**. 2.ed. Goiânia: Kelps, 2015.

Estrutura organizacional do Comando Militar da Amazônia. Blog Forças Terrestres. 2012. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br>>. Acesso em: 21 out. 2017.

FARIA, Ivani Ferreira. **Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

Nascimento, Messias Luiz. (2006) **Artigo: 5º. Pelotão Especial de Fronteira: Territorialidades e Temporalidades na Cabeça do Cachorro-Am.**

OLIVEIRA, Nelza. Militares brasileiros indígenas: componentes imprescindíveis ao trabalho das Forças Armadas. **Revista Militar Digital**. p. 10-15. 19 dez. 2017.

PEDROSA, Afonso H. Ignácio; PENNA, Luciano José; BARROS, Regina C. de S. Lemos. Amazônia – Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs). **Revista Verde Oliva**. n. 189. p.08-15. 2006.

Ricardo, Beto. Programa Rio Negro. **Instituto Socioambiental - ISA**. 03 out. 2008. p.18-28. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br> Acesso em: 26 abr. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação/** São Paulo: Atlas, 1987. Bibliografia. ISBN 85-224-0273-6

SILVA, Cristina Rodrigues da. **O exército como família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira**. 2016. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

STOCHERO, Thaianne. **Soldados que defendem a Amazônia vivem na “idade da pedra”**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/12/soldados-que-defendem-fronteiras-da-amazonia-vivem-na-idade-da-pedra.html> Acesso em: 15 abr. 2018.

VIDEIRA, Antonio Celente; SILVA, Juarez Adão. **Cadernos de Estudos Estratégicos de Logísticas e Mobilização Nacionais**. Seção de assuntos de Logística e Mobilização da Escola Superior de Guerra. v.1, n.1. Rio de Janeiro: ESG, mar. 2007.

From Max Weber: **Essays in Sociology**. (Translated, Edited and with an Introduction by H.H. Gerth and C. Wright Mills) Publicado em 1946 pela Oxford University Press, Inc. Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book), 1946. Edições brasileiras: 1967, 1971, 1974, 1979.